

DECRETO N° 043/2024

DATA: 06.03.2024

SÚMULA: Estabelece regras e diretrizes para atuação do Agente de Contratação, Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação no âmbito do Município de Itapejara D'Oeste – PR, a que se refere a Lei Federal N° 14.133 de 1° de Abril de 2021.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do art. 64 da Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná de 02/04/90, e suas alterações e com base no disposto na Lei Federal n° 14.133 de 1° de Abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto estabelece regras e diretrizes para atuação do Agente de Contratação, Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação de que trata a Lei Federal n° 14.133, de 1° de Abril de 2021, no âmbito do Poder Executivo do Município de Itapejara D'Oeste – PR.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. Para fins deste Decreto considera-se:

- I – Agente de Contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregador públicos dos quadros permanentes da Administração Pública Municipal, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório, conduzir a sessão pública e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;
- II – Autoridade competente: agente público dotado de poder de decisão no âmbito daquele processo administrativo, conforme atribuições estabelecidas pelo órgão e entidade;
- III – Comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos licitatórios;
- IV – Equipe de Apoio: conjunto de agentes públicos do órgão ou entidade que tem a função de auxiliar o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação nas etapas dos procedimentos licitatórios ou auxiliares sendo, em sua maioria, servidores ocupantes do cargo efetivo, preferencialmente pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública Municipal;
- V – Pregoeiro: Denominação do agente de contratação nos casos da modalidade Pregão.

Art. 3º. A designação do Agente de Contratação, Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação deverá observar os requisitos elencados nos incisos II e III do caput do Art. 7º da Lei Federal N° 14.133, de 2021, ou seja:

- I – Sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II – Tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público; e

III – Não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração Pública Municipal nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

CAPÍTULO II DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO

Art. 4º. Compete ao Agente de Contratação ou Pregoeiro:

- I – Coordenar os trabalhos da equipe de apoio, quando houver;
- II – Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos, facultada a requisição de subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III – Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;
- IV – Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- V – Verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI – Realizar diligências a fim de sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- VII – Indicar o detentor da melhor proposta;
- VIII – Negociar melhores condições com o detentor da melhor proposta;
- IX – Poderá instruir e conduzir os procedimentos para contratação direta;
- X – Receber os recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar sua decisão, encaminhá-los à Autoridade Competente;
- XI – Recomendar a Adjudicação do objeto, quando não houver recurso;
- XII – Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade competente, para Adjudicação e Homologação;
- XIII – Propor à autoridade competente a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade, a revogação ou anulação da licitação, quando for o caso.

1º. O Agente de Contratação ou Pregoeiro será auxiliado por Equipe de Apoio e responderá individualmente pelos atos que pratica, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe;

2º. O Agente de Contratação poderá ser substituído por Comissão de Contratação nas licitações que envolvem bens ou serviços especiais, observado o disposto no inciso I do Artigo 6º deste Decreto.

Art. 5º. Quando solicitado, o Agente de Contratação ou Pregoeiro prestará apoio técnico e informações relevantes ao desenvolvimento da fase preparatória da licitação:



§1º - Na hipótese do caput, é vedado ao Agente de Contratação ou Pregoeiro, no âmbito das licitações em que for designado, atuar simultaneamente em funções que apresentem risco ao princípio de segregação de funções, a saber, entre outras:

I – Elaborar os documentos da fase preparatória ou se responsabilizar por eles, em especial:

a) Estudo Técnico Preliminar;

b) Termo de Referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;

c) Pesquisa de preços e mapa comparativo de preços para definição do orçamento estimado.

II - Acompanhar ou fiscalizar a execução do contrato, se houver;

III – Autorizar a abertura do processo licitatório;

IV – Declarar a disponibilidade orçamentária e financeira;

V – Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

§2º - Excepcionalmente e mediante justificativa, o Agente de Contratação ou Pregoeiro poderá ser designado para participar da elaboração do edital e de seus anexos.

Art. 6º. Ato próprio da autoridade competente designará o conjunto dos Agentes de Contratação ou Pregoeiros e Equipe de Apoio em atuação no órgão ou entidade para um período determinado, admitidas reconduções, para que sejam alocados conforme a necessidade, sem prejuízo da designação específica em cada processo licitatório.

CAPÍTULO III DA EQUIPE DE APOIO

Art. 7º. Caberá a Equipe de Apoio auxiliar o Agente de Contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação nas etapas do processo licitatório.

§1º. A Equipe de Apoio deverá preferencialmente ser integrada por agentes públicos da Administração Pública Municipal, sendo preferencialmente, em sua maioria ocupantes de cargo efetivo ou empregados públicos dos quadros permanentes;

§2º. O Agente de Contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação poderá delegar poderes a membros da equipe de apoio na condução do processo licitatório, inclusive na fase externa, excetuando-se a competência decisória exclusiva.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 8º. A Comissão de Contratação, permanente ou especial, deverá atuar na condução dos seguintes procedimentos:

I – Licitação na modalidade concorrência para contratação de bens e serviços especiais quando;

a) O critério de julgamento for técnico e preço ou melhor técnica;

b) O regime de execução for contratação integrada ou semi-integrada;

c) O valor estimado da contratação for considerado de grande vulto, na forma da Lei.

II – Licitação na modalidade Concurso;



III – Procedimentos auxiliares de que trata o Art. 78 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos de regulamento específico.

Parágrafo Único: Compete à Comissão de Contratação realizar as atividades previstas no Art. 2º deste Decreto, no que couber, para realização de suas atribuições.

Art. 9º. Ato próprio da autoridade competente designará a Comissão de Contratação, permanente ou especial, que deverá ser formada por, no mínimo, 3 (três) membros, observados os requisitos estabelecidos no Art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§1º. Poderá ser designada Equipe de Apoio para auxiliar a Comissão de Contratação;

§2º. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contrato, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

Art. 10. Os membros da Comissão de Contratação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

CAPÍTULO V

DO AUXÍLIO DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE INTERNO

Art. 11. O Agente de Contratação, o Pregoeiro, e a Comissão de Contratação contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto neste Decreto e na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§1º. O auxílio de que trata o caput se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que será observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo procedimental;

§2º. Sem prejuízo do disposto no §1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de conduta específica, que conterà, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida;

§1º. Previamente à tomada de decisões, o Agente de Contratação e a Comissão de Contratação considerarão eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, as quais somente poderão ser rejeitadas de forma motivada, ressalvados os casos de vinculação expressa do gestor, na forma da Lei.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



MUNICÍPIO DE

**ITAPEJARA
D'OESTE**

GESTÃO 2021/2024

Art. 12. Compete à autoridade superior desenvolver ações e iniciativas que visem à capacitação e à formação dos Agentes de Contratação, Pregoeiro, Equipes de Apoio e Comissões de Contratação;

Art. 13. O Departamento Municipal de Administração poderá expedir orientações complementares, solucionar casos omissos e disponibilizar materiais de apoio para a execução dos procedimentos de que trata esse Decreto.

.....
Parágrafo Único: Os órgãos e entidades da Administração direta, autarquia ou fundacional, no âmbito de sua competência, poderão expedir normas internas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na atuação na área de licitações e contratos do Atente de Contratação, Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Comissão de Contratação, desde que observadas as disposições deste Decreto.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de Março do ano de 2024.

Registre-se e Publique-se:

Vilmar Schmoller,
Prefeito Municipal.